



CONSELHO DE REPRESENTANTES

ATA N.º 40/2022

Aos catorze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e dois, pelas dezasseis horas, reuniu o Conselho de Representantes (CR) da Escola Superior de Comunicação Social, na sala 4G4.

Na reunião estiveram presentes os seguintes membros: Fátima Lopes Cardoso, Helena Ribeiro, José Manuel Cavaleiro Rodrigues, Jorge Trindade, Júlia Leitão de Barros, Mafalda Andrade, Manuel Batista, Paula Nobre, Paulo Tinta, Rúben Neves. Os restantes membros efetivos comunicaram atempadamente a sua impossibilidade de participação na reunião, o que foi aceite pelo Conselho.

Esta reunião tinha a seguinte proposta de ordem de trabalhos:

1. Informações
2. Apreciação e votação do Plano de Atividades da ESCS 2023
3. Aprovação da Ata nº 39
4. Assuntos supervenientes

1. Informações

Júlia Leitão de Barros começou por lamentar a ausência dos alunos que integram o Conselho de Representantes, informou que a comissão encarregue de rever os estatutos da ESCS tem prosseguido o seu trabalho, prevendo que, no próximo semestre, se irão realizar, com mais intensidade, reuniões do Conselho de Representantes para discutir e aprovação a proposta que está a ser elaborada.

A presidente referiu ainda que, amanhã, decorrerá a eleição para os representantes do corpo discente, referindo a fraca colaboração da parte dos membros do CR na mesa das eleições, pelo que adiantou que, no próximo ato eleitoral, irá adotar um procedimento

diferente para garantir uma maior cooperação e presença dos conselheiros nas mesas de voto.

Júlia Leitão de Barros pediu um minuto de silêncio ao Conselho de Representantes, em memória e homenagem à colega Anabela de Sousa Lopes, coordenadora da secção de Jornalismo, que faleceu inesperadamente no dia 8 de novembro de 2022.

2. Apreciação e votação do Plano de Atividades da ESCS 2023

Às 16.20, passou-se ao ponto principal da ordem de trabalhos. Júlia Leitão de Barros deu as boas vindas ao Presidente André Sendim, e às Vice-Presidentes Alexandra David e Sandra Miranda. O Presidente apresentou ao conselho o Plano de Atividades da ESCS para 2023. Após a apresentação iniciou-se o período de discussão do documento.

Júlia Leitão de Barros abriu a discussão começando por aplaudir a aposta na investigação, reiterando a necessidade de reduzir a carga horária de docência, e a burocracia crescente a cargo dos docentes, para que seja possível viabilizar o centro de investigação, alertando, ainda, para a disparidade entre a carga letiva praticada no ensino universitário e nos institutos politécnicos.

O Presidente da ESCS mostrou-se sensível a esta solicitação referindo que, em certos projetos de investigação com financiamentos consideráveis essa possibilidade pode ser prevista. Sandra Miranda referiu que essa modalidade já existe, quando os projetos envolvem somas avultadas, referindo o projeto do professor João Abreu. José Manuel Cavaleiro Rodrigues defendeu que o IPL tem de assumir que a carreira de docente deve contemplar a investigação, lamentando que existam disparidades entre as várias unidades orgânicas, no que toca à distribuição e dispensa de serviço. O mesmo conselheiro mostrou-se preocupado com a contenção de custos resultante do desequilíbrio financeiro negativo de 200 mil euros, aspeto mencionado na apresentação do Plano. O Presidente referiu que existe, no entanto, um esforço significativo da direção da ESCS para chegar ao final do ano com diminuição deste valor, nomeadamente com alguma ajuda, na área da tecnologia, do PRR. Mencionou, ainda, que o custo de energia aumentou de forma desmesurada e que as propostas apresentadas ao IPL, no concurso para fornecimento de energia, propõem valores exorbitantes. Esclareceu ainda Helena Ribeiros sobre a responsabilidade destes contratos de eletricidade recaírem não na ESCS mas no IPL.

Rúben Neves considerou o Plano muito ambicioso, e a propósito da revisão do plano de estudos dos cursos, pronunciou-se sobre a modernização dos suportes educativos, indagando sobre a possibilidade de adaptar algumas das unidades curriculares ao

ensino à distância, justificando com o número cada vez mais elevado de alunos e falta de espaço físico para os estudantes que frequentam as propostas de formação da ESCS, quer de 1º ciclo de estudos como de 2º ciclo e pós-graduações. O conselheiro considerou a eventualidade de criar uma espécie de “tubo de ensaio” para ver como funcionariam algumas unidades em regime online.

Sandra Miranda referiu que a adaptação curricular ao ensino online é complexa e exige metodologias e recursos bem distintos do que aconteceu durante a pandemia Covid-19.

Júlia Leitão de Barros considerou que, neste tema, a palavra de ordem é ainda de debate. Ao que Sandra Miranda acrescentou que já existem propostas de ensino muito arrojadas e bem implementadas a este nível, com estudos a mostrarem resultados positivos para o ensino em e-learning, nomeadamente na Universidade Aberta. José Manuel Cavaleiro Rodrigues afirmou que não devemos ficar tolhidos num processo de mudança e deixou a sugestão de apenas implementar o sistema misto ou em e-learning ao nível das pós-graduações.

A propósito das medidas de inclusão apresentadas no Plano de Atividades da ESCS 2023, Rúben Neves mencionou o facto de alguns alunos poderem ser excluídos em algumas unidades curriculares que exijam faculdades físicas de que não dispõem, como seja a visão em Laboratório de Jornalismo Televisivo, entre outras. Admitiu a possibilidade de existir um plano de estudos adequado aos discentes com deficiência, pois corre-se o risco destes se sentirem excluídos. Sandra Miranda respondeu que cabe aos coordenadores de curso averiguarem situações em que os alunos possam estar a sentir-se excluídos. A conselheira Fátima Lopes Cardoso, coordenadora da licenciatura em Jornalismo, referiu que, momentos antes da reunião em curso, esteve em diálogo com dois alunos invisuais do 2º ano de Jornalismo para averiguar a existência ou não de algum descontentamento ou dificuldade de aprendizagens. Pelo contrário, os mesmos alunos manifestaram-se satisfeitos com as práticas pedagógicas adotadas ao longo do curso. Comodocente da unidade curricular de Jornalismo Visual, referiu que, para estes alunos, apresentou propostas de trabalhos diferentes que não exijam a visão para serem concretizados, mas que envolvam o conhecimento e o contacto com conteúdos programáticos da unidade curricular. Rúben Neves considerou a questão da inclusão muito importante, no entanto, referiu que, por vezes, alimenta falsas esperanças, não sendo a favor desta, para os alunos de Jornalismo e Audiovisual e Multimédia. O mesmo conselheiro referiu que, como professor, não tem habilitações para acompanhar adequadamente esses alunos. Helena Ribeiro considerou que existem, de facto, diferenças entre os cursos, havendo necessidade de elaborar planos alternativos para esses alunos.

Manuel Baptista, comunga desta preocupação, referindo também as dificuldades dos alunos que ingressam na ESCS através do contingente especial dos países PALOP, indicando que, frequentemente, muitos deles ingressam nas suas aulas numa fase já avançada do semestre, a que acresce, outro problema, dificuldades no domínio da língua portuguesa.

Sandra Miranda referiu que alguns cursos já apresentaram planos alternativos para alunos com necessidades especiais, já no que toca aos alunos dos PALOP referiu que a ESCS não controla o processo de ingresso, podendo estes iniciar o ano letivo, em março. A subdiretora informou, ainda, que, a ESCS tem tentado orientar estes alunos para o CLIC-IPL de forma a melhorarem o domínio da língua portuguesa.

Jorge Trindade inquiriu sobre quem valida os planos alternativos dos alunos com necessidades especiais. Sandra Miranda esclareceu que esta é uma competência do Conselho Pedagógico.

Jorge Trindade perguntou como tenciona a ESCS resolver o problema de climatização na ESCS, dada a aproximação do Inverno. Helena Ribeiro também considerou esta questão relevante. André Sendin disse que a resolução desta questão está dependente do PRR.

Depois de finalizada a discussão o Plano de Atividades da ESCS para 2023 foi aprovado por unanimidade e passou-se ao ponto seguinte.

3. Aprovação da Ata nº 39

A Ata nº39 foi aprovada por unanimidade, sem pronúncia de Jorge Trindade e Paula Nobre, que estiveram ausentes na última reunião.

Pelas dezoito horas e quinze minutos, deu-se por encerrada a reunião e os pontos m discussão.

A Presidente do Conselho de Representantes

Júlia Leitão de Barros

O Vice-Presidente do Conselho de Representantes

B

José Cavaleiro Rodrigues

José Manuel Cavaleiro Rodrigues